

Gestão educacional e a plataformização: relato de experiência na educação pública do Estado do Paraná

Nubia Fernandes de Alvarenga (UEL)
nubia.alvarenga@uel.br

1 Introdução

O referido resumo é resultado de síntese elaborada a partir das reflexões teóricas e atividades práticas desenvolvidas no estágio supervisionado em gestão escolar, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Londrina. Excepcionalmente, no ano de 2020/2021, este estágio foi ofertado em formato remoto, devido à pandemia do COVID-19, que impossibilitou a continuação das atividades acadêmicas presenciais.

A decisão foi tomada, pelo Governo do Paraná, no dia 20 de março de 2020, interrompendo assim, todos os serviços não essenciais, por tempo indeterminado, incluindo as escolas. Tal medida levou em consideração a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e foram necessárias, visto que o vírus é transmitido pelo contato entre as pessoas, objetos ou superfícies, por gotículas e por aerossol, sendo necessário, naquele momento, adotar o distanciamento seguro entre as pessoas.

Visto a impossibilidade de retornar de forma presencial às escolas, o Governo do Paraná, por meio da Secretaria Estadual de Educação (SEED), autorizou em 03 de abril de 2020, através da Resolução nº 1.016, o retorno às aulas de forma remota, a qual se configura como sendo integralmente ofertada *online*, por meio das ferramentas tecnológicas, Google Meet, Classroom, e-mail, WhatsApp, ou similares.

Devido à condição exposta, foi disponibilizado aos estagiários do curso de Pedagogia, o acesso remoto à equipe da gestão escolar, no campo de estágio que tratou-se de Colégio que atende na jurisdição do Estado, alunos pertencentes ao Ensino Fundamental - Anos finais, Ensino Médio e Ensino Profissionalizante, por meio de reuniões pelo *Google Meet*, além do acesso aos dados disponíveis eletronicamente, que permitiram acesso ao acervo necessário para o desenvolvimento das atividades, somados aos acessos ao Google Sala de Aula, Aplicativo Aula Paraná, Registro de Classe Online e *Business Intelligence* (BI) para acompanhamento das atividades pedagógicas curriculares, com acesso autorizado pela Secretaria Estadual de Educação (SEED).

Sendo assim, os estagiários tiveram acesso à gestão escolar na práxis, com ênfase ao momento pandêmico e a inclusão da plataformização na educação pública do Estado do Paraná.

2 Desenvolvimento

De acordo com Duarte et al. (2009), a gestão da escola pública, a partir das normativas federais e estaduais, precisa assumir caráter democrático, visando assim um processo coletivo de decisões e ações, admitindo um sistema onde, “cada sujeito do processo educativo tem suas funções específicas, porém, o planejamento e implementação das ações parte do coletivo.” (DUARTE et al., p. 3173, 2009). Portanto, o colégio no qual o estágio foi realizado assume em tese, como todos os Colégios do Estado do Paraná, os princípios da gestão democrática em seu Projeto Político Pedagógico.

No âmbito escolar, o pedagogo tem uma função que, de acordo com Saviani (1985) diz respeito a ter “o domínio sistemático e intencional das formas (métodos) através dos quais se deve realizar o processo de formação cultural.” (SAVIANI, 198, p.27). Ou seja, o pedagogo assume a qualidade de coordenar e articular o trabalho coletivo da escola, mediando o trabalho pedagógico em busca de transformar a prática escolar, além de atuar em várias instâncias direta ou indiretamente relacionadas à organização, aos processos de aquisição de saberes e na formação humana, pautados sempre no Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Ação da escola.

Em consonância com Duarte et. al (2009), entende-se que “se o conhecimento é o cerne do trabalho pedagógico e o sentido próprio da democracia na escola, a gestão só pode ser democrática, coletiva, participativa e intencional.” (DUARTE et. al, 2009, p. 3180). Principalmente se tratando da gestão da escola pública para a qual se dirigem os filhos da classe trabalhadora. Sendo assim, o colégio em questão, busca cumprir sua função social, explícita em seu Projeto Político Pedagógico, que tem por base teórica a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico Cultural. A partir destas perspectivas teóricas o colégio entende o homem como um ser social e histórico, e destaca em seu PPP, não estar a serviço de interesses de grupos privilegiados da sociedade, mas, sim, na busca do desenvolvimento humano, por meio das aquisições do patrimônio humano-genérico, produtos da ação humana.

Entretanto, mesmo que a gestão democrática esteja expressa nos PPPs das escolas e nas normativas federais (LDBEN 9394/96 – PNE 2014-2024), cada governo estadual altera e modifica suas formas, estratégias e plataformas de gestão de acordo com seu entendimento de educação e sociedade que busca atingir. No caso do Estado do Paraná, uma dessas alterações, foi a implantação do Registro de Classe *Online* (RCO) que desde 2017 está inserido nos Colégios Estaduais do Paraná, com o intuito de substituir o registro de papel. Na forma presencial, alguns docentes precisam utilizar o próprio aparelho celular para preencher as listas de chamadas e a própria internet, levando em consideração a falta de conectividade e aparelhos disponíveis nos Colégios.

O RCO, é também uma plataforma usada como controle, dos docentes, pedagogos, equipe diretiva e SEED, visto que, cada função aqui relatada tem sua área onde consegue consultar informações na plataforma, como: rendimento dos alunos, das turmas e dos colégios como um todo, por meio de relatórios de presença e de notas que o sistema gera com a introdução das informações pelos docentes. O registro do conteúdo escolar também deve ser lançado no RCO, o qual deve ser elaborado a partir do Plano de Trabalho Docente e acompanhado pelas pedagogas.

Em entrevista com as pedagogas do Colégio, na ocasião do estágio, foi relatado nas falas e observações remotas, alguns empecilhos na execução do trabalho das mesmas, por exemplo, a demora na contratação dos professores temporários, o que consequentemente atrasou as postagens dos Planos de Trabalhos Docentes (PTD) e deixou turmas sem aulas, mesmo o calendário já tendo iniciado, fazendo com o que o professor precisasse de estratégias para repor essas aulas perdidas, por motivos que não dizem respeito ao Colégio, às pedagogas e nem aos professores, mas sim, uma precarização do trabalho pela mantenedora.

Outro empecilho, ou dificultador de um trabalho a partir dos princípios da gestão democrática é a cobrança e o excesso de trabalho, além do controle por meio da mantenedora SEED, que se utiliza de recursos tecnológicos que, “[...] aumentam exponencialmente as possibilidades de controle e coordenação centralizados através de instrumentos virtuais e à distância, capazes de administrar o mais simples ato administrativo e, também a sua ausência” (LIMA, p. 142), o que acaba por interferir na autonomia do colégio e da equipe, condicionando as ações em uma gestão gerencialista, a qual foca apenas em números e resultados, inferiorizando o processo de ensino e

aprendizagem como um todo. Ou seja, a plataformização da educação, que foi visível neste estágio obriga a gestão das unidades, a preencherem rigidamente as planilhas, envolvendo por exemplo, presenças, rendimento e notas, mas não disponibiliza se quer, espaço para justificar esses números, não demonstra preocupação com a contextualização dos números, só busca atingir os resultados e formar para responder testes.

3 Considerações Finais

Em suma, a experiência do estágio supervisionado em gestão escolar, no momento pandêmico, trouxe a possibilidade de acompanhar e problematizar o grande movimento de implementação das plataformas de controle, que resultam em resultados benéficos, mesmo que falsos ou manipulados, para o Governo do Estado e descredibilizam o trabalho da gestão democrática, a qual a educação pública deveria seguir.

A pandemia, só acelerou as intenções deste governo, visto que, as plataformas implementadas como emergências naquele momento, não foram retiradas quando se voltou a normalidade, pelo contrário, cada vez mais podemos observar novas plataformas sendo inseridas no contexto educacional, que sempre buscam resultados numéricos. Por isto, cabe a categoria docente, a comunidade, aos intelectuais e alunos a crítica e resistência a gestão gerencialista.

Referências

DUARTE, Ana Carolina Soares. et al. O papel do pedagogo na gestão e suas possibilidades de mediação do currículo. In: IX Congresso Nacional de Educação – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Curitiba. **Anais...**Curitiba: EDUCERE, 2009. p. 3170-3181.

LIMA, L. Elementos a Hiperburocratização da administração educacional. In: LUCENA, C. SILVA JR. J. P. (Orgs.). Trabalho e Educação no século XXI: experiências internacionais. São Paulo. Xamã, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo. In: ANDE. Revista Assoc. Nac. de Ed. v. 05, nº9, São Paulo: Cortez, 1985.